

JORNAL DO BRASIL

Reserva perde US\$ 1 bilhão

27 NOV 1986

Brasília — O Brasil, do dia 1º ao dia 20 de novembro, queimou mais de 1 bilhão de dólares de sua reserva, segundo fontes da área econômica. O fato vem preocupando técnicos de dentro e fora do governo. A situação cambial e as perspectivas desfavoráveis do balanço de pagamentos foram os principais motivos pelos quais o governo brasileiro adiou por duas vezes a vinda do economista Douglas Smee, do Subcomitê de Economia do Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores da Dívida Brasileira.

Douglas Smee tinha um encontro marcado com economistas do governo logo após as eleições. Sob o pretexto de que as autoridades estavam ocupadas em elaborar medidas para corrigir o Plano Cruzado, o encontro foi transferido para segunda-feira passada. No fim da semana que antecedeu o encontro, o economista dos bancos credores da dívida externa brasileira foi informado de que ele seria adiado mais uma vez.

A vinda de Douglas Smee é periódica, quando ele recebe um relatório trimestral, que é feito pelo Departamento Econômico do Banco Central e encaminhado a todos os bancos estrangeiros. Nesse relatório são abordados o desempenho do balanço de pagamentos, área fiscal, monetária e outros indicadores da economia e suas perspectivas.

A queima sistemática de dólares e as perspectivas de a balança comercial repetir em novembro e dezembro o mesmo desempenho medíocre de outubro (cerca de 200 milhões de dólares de superávit) têm levado técnicos do governo a defender, em reuniões restritas, a reedição da Resolução 851, de 29 de julho de 1983, o quanto antes. Na época, o Banco Central condicionou a sua autorização à transferência para o exterior dos valores em moedas estrangeiras correspondentes à liquidação de vendas de câmbio. As resistências dentro do governo para a adoção dessa medida fundamentam-se no argumento de que ela é forte e poderia transmitir para o exterior a impressão de que o país atravessa uma crise cambial de proporções iguais à de 1982, quando até deixou de honrar compromissos externos.

“É fundamental que o governo não permita uma redução excessiva de reservas. Pelas informações que têm sido divulgadas pela imprensa, as queimas foram longe demais”. A advertência é do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, chefe do Centro de Estudos Monetários de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, que chama atenção para a necessidade de o governo “estancar esse processo o quanto antes, pois é inconcebível que aconteça o mesmo que em 1982, quando sentamos na mesa de negociações com os bancos credores da dívida

Dívida ext.

externa sem um dólar nas reservas externas. Seria um desastre”.

Para o economista da Fundação Getúlio Vargas, é preciso iniciar o quanto antes as negociações com os bancos credores dentro de certos padrões tais como spreads (taxas de riscos) e juros mais baixos. Segundo ele, essas reduções diminuirão a remessa para o exterior da poupança brasileira, da ordem de 25% ao ano nos dois últimos anos.

Paulo Nogueira diz que a questão da redução dos spreads é um ponto que deve ser defendido a todo custo nas negociações: “Afinal, pagamos spreads absurdamente elevados. Estão entre os mais altos do mundo. O Brasil hoje paga spreads efetivos de 2% sobre a libor, enquanto outros devedores pagam 0,8%. A Argentina, por exemplo, paga 1 e 3/8. Os países que estão tendo acesso ao mercado financeiro internacional estão pagando spreads de 1/8 a 0,5% sobre a libor”.

O economista lembra que os gastos com o pagamento de spreads este ano deverá ser da ordem de 1 bilhão 300 milhões de dólares a 1 bilhão 400 milhões de dólares. Por isso, o Brasil deve procurar ter um custo dos seus empréstimos atrelado à libor e não à prime rate, como é no momento. Desde 1979 a prime rate é mais alta do que a libor.